

A ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO BOLSONARISMO E SUAS RELAÇÕES HISTÓRICAS: UMA ANÁLISE À LUZ DAS TEORIAS DO DISCURSO E DO POPULISMO

Beatriz Franco do Vale¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo geral analisar o uso de elementos discursivos pelo bolsonarismo que associam-se aos discursos integralista e militarista. A partir da compreensão do bolsonarismo como movimento de extrema direita de maior relevância no contexto nacional no século XXI, é possível analisá-lo em diálogo com os outros dois principais momentos da extrema direita na história no país: o integralismo, na década de 1930; e militarismo, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. A partir da literatura sobre as novas direitas e fundamentando-se teoricamente na Teoria do Discurso de Laclau e Mouffe e nas teorias do populismo, realiza-se uma análise de discurso. O corpo de análise contou com 61 materiais entre fotos, vídeos e jornais. Pode-se apontar um uso estratégico de elementos discursivos pelo bolsonarismo que também foram utilizados pelo integralismo e/ou militarismo. À luz da fundamentação teórica utilizada, pode-se estabelecer uma ligação estratégica a estes dois momentos da extrema direita brasileira à representação de demandas conservadoras existentes no social.

Palavras-chave: Bolsonarismo; integralismo; militarismo; estratégia; discurso.

ABSTRACT

This article aims to analyze the use of discursive elements by bolsonarism that are associated with integralist and militarist discourses. Understanding bolsonarism as a prominent far-right movement in the national context of the 21st century, it becomes possible to analyze it in dialogue with the other two main historical moments of the far-right in the country: integralism in the 1930s, and militarism, especially in the 1960s and 1970s. Drawing from the literature on the new right and grounded theoretically in Laclau and Mouffe's Discourse Theory, as well as theories of populism, a discourse analysis is conducted. The corpus of analysis comprised 61 materials, including photos, videos, and newspapers. It can be pointed out that bolsonarism strategically employs discursive elements that were also used by integralism and/or militarism. In light of the theoretical framework employed, a strategic connection between these two moments of the Brazilian far-right and the representation of existing conservative demands in society can be established.

Keywords: bolsonarism; integralism; militarism; strategy; discourse.

¹ Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutoranda pela mesma instituição. Email: beatrizzdovale@gmail.com. Lattes: <https://lattes.cnpq.br/6261961146934479>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4923-6028?lang=en>.

INTRODUÇÃO

Ao bolsonarismo pode ser atribuída a compreensão de movimento à direita no campo político de maior êxito no contexto nacional no século XXI dentre os grupos, movimentos e fenômenos também à direita que emergiram a partir, principalmente, da década de 2010. Tomando um bolsonarismo como um movimento extremista de direita, é possível, a partir de seu êxito político, relacioná-lo com outros dois momentos de maior relevância das extremas direitas brasileiras: o integralismo brasileiro, principalmente na década de 1930; e a Ditadura Militar, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Tomando como objeto de pesquisa o discurso do bolsonarismo, este artigo tem como objetivo geral analisar o uso de elementos discursivos pelo bolsonarismo que associam-se aos discursos integralista e militarista.

Sua ascensão, antes de tornar-se conhecido como bolsonarismo como o é no tempo presente, encontra princípio a partir, principalmente, do ano de 2014, com a reeleição da então Presidente da República Dilma Rousseff e, com isso, a criação e reformulação de diferentes sujeitos e grupos à direita no cenário nacional que promoveram grandes manifestações mobilizadas por um antipetismo a partir daquele ano (Rocha, 2021), antipetismo esse mobilizado por Jair Bolsonaro durante sua trajetória política mesmo depois de sua eleição à Presidência da República.

A permanência de Jair Bolsonaro no cargo de Chefe de Estado e a manutenção do Governo Bolsonaro nos 4 anos de governo previstos na Constituição Federal possibilitam pensar que o bolsonarismo logrou suporte político institucional, dada a quantidade de processos de *impeachment* contra Jair Bolsonaro submetidos ao Congresso Nacional², e também determinado nível de apoio social, que as garantiram.

Ao que interessa este artigo, foca-se neste segundo tipo de apoio. Alguns dados podem ser apresentados a este argumento, como pesquisas de aprovação/reprovação do governo, que mantiveram-se, mais ou menos, no patamar dos 30% de aprovação no período de sua vigência (Karter; Albernaz, 2022). O quantitativo de votos que as chapas encabeçadas por Jair Bolsonaro obtiveram nas eleições presidenciais de 2018 e 2022 pode corroborar com este argumento. Em 2018, a chapa bolsonarista recebeu os totais de 49.276.990 e 57.797.847 votos no primeiro e no segundo turno, respectivamente, obtendo vitória no pleito em questão (TSE, 2018a; 2018b). Em 2022, Jair Bolsonaro recebeu 51.072.345 e 58.206.354 votos – votações também

² Conforme Amaral (2023), foram arquivados 158 pedidos de impeachment contra Jair Bolsonaro ao longo de seu governo.

respectivas ao primeiro e ao segundo turno – sendo derrotado pelo agora Presidente Lula da Silva³ (TSE, 2022a; 2022b).

Estes dados demonstram um apoio social estável ao bolsonarismo, apesar das intensas crises vivenciadas, como um desgate profundo no âmbito institucional e a pandemia do Coronavírus. Eles sugerem, portanto, uma representação peremptória de determinados grupos sociais pelo bolsonarismo, grupos estes de orientação conservadora, dadas as visões de mundo permeadas nas pautas defendidas e nas ações políticas deste movimento ao qual se identificam⁴.

À caracterização do bolsonarismo como um movimento à extrema direita, diversos elementos discursivos são mobilizados, como declarações antidemocráticas, pró intervenção militar e de cunho odioso a determinadas minorias sociais (Solano, 2018), tanto por seus representantes, como proferidas por seus apoiadores. Também podem ser observados outros elementos que compõem o seu discurso, que não guardam, intrinsecamente, ligação com um extremismo de direita, mas que podem ter um fundo conservador atribuído a eles, como o uso ostensivo de símbolos nacionais.

A partir da Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015 [1985]) e da Teoria do Populismo (Laclau, 2005a), a articulação de determinados elementos na construção de um discurso que visa mobilizar o povo à hegemonia não se dá *a priori*, pré-determinada ao seu contexto de emergência. A mobilização de determinados elementos discursivos se dá a partir das demandas existentes que busca-se articular em torno de um ponto nodal e de um antagonismo em comum a estas.

Partindo do pressuposto da existência de traços de uma cultura política autoritária e de forte conservadorismo no Brasil (Silva, 2021; González; Baquero; Grohmann, 2021), coloca-se hipoteticamente que o bolsonarismo busca articular, de forma estratégica, demandas de caráter conservador dispersas e subrepresentadas no contexto político pós ditadura militar, principalmente em uma conjuntura política de governos federais posicionados por bolsonaristas como à esquerda no campo político. Estas demandas saudam um outro período, no qual a nação brasileira encontrava-se livre dos danos causados por sujeitos, grupos e ideologias progressistas. Daí a importância ao bolsonarismo associar-se com outros fenômenos de caráter conservador de maior relevância político no contexto nacional através de determinados elementos discursivos que comporam os discursos do integralismo e do militarismo.

³ Lula da Silva, candidato vitorioso no pleito, obteve 60.345.999 votos no segundo turno, apenas 2 milhões de votos a mais que Jair Bolsonaro, aproximadamente.

⁴ A defesa de uma ampliação do acesso a armas e a materialização desta na forma de decretos presidenciais podem ser citadas como exemplo.

Quanto à metodologia, esta pesquisa caracteriza-se por ser qualitativa do tipo documental. O corpo de análise contou com 61 materiais entre fotos, vídeos e jornais, coletados por amostra de conveniência em diferentes sítios eletrônicos e canais de YouTube. A técnica de análise aplicada é a análise de discurso, fundamentada na Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015). Desta técnica, é importante salientar que sua operacionalização se dá por meio da identificação de elementos preponderantes e recorrentes no material analisado e em diálogo destes com o contextos de emergência destes elementos. É pressuposto, portanto, que estes elementos apareçam, estejam visíveis à pesquisadora ou ao pesquisador.

Assim, este artigo está dividido da seguinte forma. Depois da presente introdução, volta-se à fundamentação teórica-conceitual que embasa a análise empreendida, mobilizando, além da Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015), discussões acerca das novas direitas (Rocha, 2018; 2021; Solano, 2019) e sobre os populismos contemporâneos (Laclau, 2005a; Canovan, 1999; Taggart, 2000; Panizza, 2005). Na seção subsequente, mais analítica, volta-se às estratégias discursivas do bolsonarismo. Por fim, realizam-se as considerações finais. Pode-se inferir a mobilização sistemática de elementos discursivos pelo bolsonarismo que foram também mobilizados pelo integralismo e pelo militarismo no Brasil.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA-CONCEITUAL

Esta seção volta-se à discussão teórica que fundamenta o presente artigo, já em diálogo com o objeto de análise. Busca-se aqui dialogar as discussões sobre as novas direitas (Rocha, 2018; 2021; Solano, 2019), situando o bolsonarismo como um movimento político-social posicionado à extrema direita no campo político, às teorias do populismo (Canovan, 1999; Panizza, 2005; Taggart, 2000), principalmente a Teoria do Populismo de Laclau (2005a), e à Teoria do Discurso (Laclau; Mouffe, 2015). Para isso, destacam-se na literatura sobre as novas direitas elementos que as caracterizam, principalmente as direitas de vertente extremista, e que as diferenciam das “velhas” direitas, tendo por objetivo estabelecer continuidades, semelhanças, discontinuidades e diferenças entre o bolsonarismo e o integralismo e o militarismo, a serem melhor trabalhados na próxima seção.

Em relação às teorias do populismo, tomando o bolsonarismo como um populismo de extrema direita (Luz, 2022), busca-se apreender quem é o povo mobilizado no discurso bolsonarista e como ele é mobilizado neste discurso. Da Teoria do Discurso, apropria-se de alguns conceitos, noções e teorizações que são fundamentais à argumentação deste trabalho e sua abordagem pós-estruturalista das relações e construções sociais.

O bolsonarismo é incontestavelmente o movimento de extrema direita de maior êxito em termos político-institucionais no Brasil no século XXI, logrando grande atenção por parte de pesquisadores de diferentes áreas a sua compreensão. Dentre os centros nos quais estes debates se dão, pode-se apontar aqueles em torno das chamadas novas direitas, nas quais aponta-se duas vertentes principais: moderada e extremista, estando o bolsonarismo inserido nesta última, que diferencia-se da primeira por seus traços e/ou exploração de violência de diferentes tipos (Giordano, 2014). A partir da literatura sobre o tema, alguns componentes do caráter extremista de direita do bolsonarismo são recorrentes, como hostilidade à democracia hodierna, conservadorismo, religiosidade, apelos autoritários e mobilizações de cunho nacionalista (Solano, 2018; 2019).

A literatura sobre as novas direitas, porém, tem raízes ainda na década de 1980 (Mouffe; Turner, 1981; Laclau; Mouffe, 2015 [1985]), não estando limitada aos anos mais recentes. O que parece substanciar a adjetivação “nova” às direitas contemporâneas (o que pressupõe a existência de direitas “velhas”) é a incorporação de uma agenda neoliberal por parte das novas direitas, mantendo seus extratos conservadores. Suas emergências são recorrentemente associadas ao neoliberalismo⁵. Laclau e Mouffe (2015) compreendem esse *momentum* neoliberal como um deslocamento estrutural que possibilitou grandes transformações no social a partir das últimas décadas do século XX, tanto de identidades progressistas, como de novas formas de articulação de identidades conservadoras.

É nesse deslocamento também que emergem, para os autores, novos antagonismos, que são, para eles, “expressão de formas de resistência à mercantilização, burocratização e crescente homogeneização da vida social, [...] não na forma de lutas coletivas, mas através de uma afirmação do individualismo” (Laclau; Mouffe, 2015, p. 249). Desse modo, pode-se compreender que o principal ponto de diferenciação entre as novas e as velhas direitas se dá na leitura que estas fazem sobre o tema da liberdade econômica e liberdade individual.

Em diálogo com teóricos do populismo (Laclau, 2005a; Canovan, 1999; Taggart, 2000; Panizza, 2005), a partir da crescente legitimidade de demandas sociais que emergem a partir do fim do século XX, possibilitadas por deslocamentos estruturais que se deram neste contexto, identidades conservadoras sentiriam-se ameaçadas, tornando-se, junto a seus antagonismos associados, fonte a mobilizações populistas. Assim, esse arroubo das novas identidades sociais

⁵ A partir de Mouffe (2018), pode-se compreender o neoliberalismo como uma formação hegemônica corrente, que emergiu na década de 1980 em substituição ao modelo keynesiano de social-democracia. No neoliberalismo, o componente liberdade se sobrepõe ao de igualdade. Há um aprofundamento do liberalismo econômico, mas que, “longe de estar limitado ao domínio econômico, também conota toda uma concepção de sociedade e do individual fundamentado em uma filosofia de individualismo possessivo” (Mouffe, 2018, n.p.).

– feministas, LGBTQIA+, ambientalistas etc. –, que antagonizam-se às relações de subordinação tradicionais, e sua crescente legitimidade política e social, produz, de maneira inversa, a reorganização de sujeitos e grupos de legitimidade tradicional que reclamam seu espaço perdido, antagonizados por estas novas identidades, que são, no discurso dos primeiros, causa dos males do presente.

Estes grupos tradicionais seriam o povo em mobilizações populistas alocadas à direita no campo político. O povo neste populismo seria formado pelos *ordinary people* (Canovan, 1999) ou os *underdogs* (Panizza, 2005) frente às elites e grupos privilegiados na configuração social contemporânea. Taggart (2000), baseando-se em uma leitura sobre a América do Norte e a Europa Ocidental, faz referência a uma maioria silenciosa, formada por trabalhadores e pela “classe média”, que não mais tem suas demandas saneadas pelas instituições públicas de modo geral, visto estas terem voltado suas atenções e cuidados a outros grupos sociais, ignorando quem realmente visa e trabalha para o bem-estar de suas respectivas nações. Essa leitura está em consonância com a Teoria do Discurso, no sentido em que se as instituições públicas conseguissem atender todas as demandas existentes no social, não haveria motivação para estas se articularem à ação política (Laclau, 2005b).

Taggart (2000), em sua teorização sobre populismo, introduz o conceito de *heartland*, que pode ser entendido como um lugar onipresente no imaginário coletivo no discurso populista que remete ao passado, aquilo que já se foi e onde residiria uma população unida e virtuosa. Destaca-se que esta memória sobre o passado, mesmo que inexistente, pressupõe um presente. A *heartland*, portanto, dicotomiza o passado e o presente, sendo o primeiro um tempo e espaço perfeito, que foi profanado pelo presente. Dialogando com Laclau e Mouffe (2015), a plenitude da *heartland* foi maculada, ultrajada, pelas novas identidades que emergiram ao final do século XX, o que as colocam como alvos profícuos ao antagonismo de grupos tradicionais saudosistas dessa comunidade imaginada passada.

O populismo bolsonarista, porém, diferencia-se dos discursos populistas europeus do século XXI à extrema direita na medida em que não busca resistir a determinados processos de mercantilização engendrados pelo neoliberalismo. Ao contrário, mesmo que contraditoriamente a outros elementos discursivos, o bolsonarismo incorpora em seu discurso pautas tidas como neoliberais, como a defesa do liberalismo econômico, do livre mercado e de valorização do indivíduo em detrimento do coletivo (Luz, 2022).

Retomando o diálogo em Laclau e Mouffe, os autores, já no *Hegemonia e Estratégia Socialista*, alertam que essas novas lutas sociais, que afirmam-se calcadas principalmente em um individualismo radical, poderiam ser cooptadas por um discurso de direita, dado o

despreparo da esquerda em lidar com o componente democrático da liberdade, que sobrepõe-se à igualdade neste contexto político-social (Laclau; Mouffe, 2015, p. 249). A partir da Teoria do Discurso, que tem raízes em abordagens pós-estruturalistas no campo da linguística, o significante e o significado perdem uma intrinsecabilidade entre si, podendo os significantes terem múltiplos significados (Laclau, 2003). Esta abordagem torna-se, portanto, fundamental à compreensão sobre esta apropriação de determinados nomes tidos como naturalmente pertencentes à agenda de determinados grupos políticos por outros grupos políticos que em um primeiro momento não tinham nada a ver com esses nomes.

Assim, a liberdade, apesar de enraizada na Revolução Francesa e transmitir, originalmente, um desígnio à liberdade do povo frente a opressões contextuais ao período e à igualdade de todos nas sociedades modernas (Mouffe, 2018), pode ser apropriada por grupos que tem por objetivo manter relações sociais de desigualdade, de hierarquia, de acumulação; de conservar a ordem oligárquica da política, da economia e do social (Rancière, 2014).

Resgatando a ideia de estratégia, que intitula o livro-marco da Teoria do Discurso, mas que aparece de forma apagada em seu desenvolvimento, alguns elementos e algumas etapas parecem ser indispensáveis aos sujeitos e grupos que intentem à hegemonia através da mobilização do povo. Como estratégia, entende-se ações deliberadas com uma finalidade, objetivo, político. A partir de uma apreensão desta ideia nos escritos de Laclau e Mouffe (2015), compreende-se a estratégia estruturada na mobilização de uma série de demandas, diferenças, contra um antagonismo comum a elas, cujos conteúdos, tanto das demandas, quanto do componente antagônico desta estrutura, dão-se de maneira relacional ao contexto de aplicação desta estratégia. O sucesso (ou fracasso) desta estratégia poderia então ser verificado a partir na consecução ou não de uma hegemonia no social.

A construção de um antagonismo é um dos estágios à hegemonia para Laclau e Mouffe. Isto é, a construção de um antagonismo, sempre indispensável, é estratégica aos grupos e movimentos que visem esta hegemonia. Segundo os autores,

qualquer que seja a orientação política em que o antagonismo se cristalice (isto vai depender das cadeias de equivalência que o constroem), a forma do antagonismo como tal é idêntica em todos os casos. Ou seja, o antagonismo sempre consiste na construção de uma identidade social – de uma posição de sujeito sobredeterminada – com base na equivalência entre um conjunto de elementos ou valores, que expõem ou externalizam os outros aos quais se opõem (Laclau; Mouffe, 2015, p. 249-250).

As cadeias de equivalências são ligações, sempre contingentes e precárias, nas quais as diferenças sociais estão articuladas em torno de um ponto nodal, isto é, um denominador comum a estas diferenças, e contra um antagonismo que é condição de impossibilidade da

plenitude dessas identidades diferenciais e, ao mesmo tempo, condição de possibilidade destas enquanto uma identidade coletiva relacional (Mendonça, 2009). As diferenças são elementos dispersos no social que quando articulados tornam-se momentos, o que exprime, novamente, a relacionalidade das articulações políticas e sociais. Estes elementos têm suas diferenças, suas particularidades, apagadas ao se articularem, pois estas são impossíveis de serem eliminadas ou igualadas, dada a pluralidade do social, mas podem ser minimamente secundarizadas em torno de um objetivo e um antagonismo comuns, isto é, nas cadeias de equivalências.

Os discursos são produtos destas articulações. Não limitados à fala ou à escrita, os discursos podem ser entendidos como práticas sociais, ao mobilizar elementos linguísticos e extralinguísticos à transformação do social. É através das construções discursivas que as cadeias de equivalências expandem-se, por exemplo, à cooptação de cada vez mais identidades diferenciais à hegemonia o que, paradoxalmente, a fragiliza (Laclau; Mouffe, 2015).

Nesse processo hegemônico, sujeitos e grupos lançam mão de significantes vazios, que podem ser entendidos como elementos discursivos que possuem certo apelo social e que, justamente por esse vazio⁶, conseguem representar uma multiplicidade de diferenças, tanto aquelas já articuladas em cadeias de equivalência e, portanto, momentos, como de diferenças ainda dispersas no social, cuja articulação à determinada cadeia de equivalência é fundamental à efetividade de uma estratégia política. Por fim, a hegemonia não pode ser entendida como uma simples dominação e domesticação do social ou, indo além, a uma totalização e homogeneização deste. Antes, a hegemonia, para Laclau e Mouffe (2015), é um estabelecimento, sempre precário e contingente, de uma ordem social. Para os autores, não se pode determinar *a priori*, como é feito no marxismo clássico, quais ideologias e visões de mundo irão bem suceder nas disputas, inerentes ao social, à hegemonia.

Buscando sintetizar os principais pontos desta fundamentação teórica ao argumento deste artigo, o bolsonarismo é entendido aqui como um populismo de extrema direita expoente das chamadas novas direitas, que diferenciam-se, principalmente, das velhas direitas na incorporação de pautas neoliberais em sua agenda, mantendo, porém, seus conservadorismos. Enquanto populismo, o bolsonarismo busca mobilizar o povo contra um inimigo comum. Um dos instrumentos a esta mobilização é a ideia de *heartland*, uma comunidade imaginada passada cuja perfeição e plenitude foi perdida no presente (Taggart,

⁶ Este vazio é compreendido como uma característica presentes nestes significantes que possibilitam esta multiplicidade de representações. Ao não possuírem um fundamento concreto, material, possibilitam disputas sobre fixações parciais de significados ao significante (Laclau, 2005b).

2000) por efeito da emergência e legitimidade de novas identidades sociais, que contestam formas tradicionais de subordinação (Laclau; Mouffe, 2015).

O bolsonarismo tem por objetivo, portanto, uma ordem social conservadora. Em nossa interpretação, a partir dos escritos de Laclau e Mouffe, o bolsonarismo articula “a defesa neoliberal da economia de livre mercado ao tradicionalismo cultural e social”, objetivando “restringir o domínio do político e reafirmar o campo do privado face à redução a que este tem sido submetido em décadas recentes” (Laclau; Mouffe, 2015 [1985], p. 263-275). Para isso, é fundamental o uso de determinadas estratégias. Como será argumentado na próxima seção, o bolsonarismo lança mão de determinados recursos discursivos que visam associá-lo a outros movimentos/períodos históricos eminentemente conservadores na construção de uma *heartland* conservadora: o integralismo brasileiro e o período da ditadura militar.

AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DO BOLSONARISMO

Esta seção dedica-se à análise e discussão dos resultados em diálogo com as teorias trabalhadas anteriormente. Ela está dividida em duas subseções. A primeira dedica-se à caracterização de determinados aspectos do integralismo e do militarismo considerados de extrema relevância à argumentação. Na subseção subsequente, analisa-se os elementos discursivos do bolsonarismo identificados, dialogando com os aspectos integralistas e militaristas destacados.

Para além das caracterizações do bolsonarismo como um expoente das novas direitas, de hostilidade à democracia, conservadorismo em relação a pautas sociais e apelos autoritários, o bolsonarismo enquanto um fenômeno populista lança mão de determinados instrumentos discursivos que visam a mobilização do povo no contexto nacional contra um inimigo, também discursivamente construído. Resguardadas as diferenciações entre o bolsonarismo e outros movimentos e fenômenos de extrema direita no país, é possível apontar que o primeiro visa associar-se estrategicamente ao movimento integralista e ao militarismo ao apropriar-se e utilizar-se de determinados elementos que comporam os discursos destes últimos.

Estes elementos aparecem, no material analisado, de forma recorrente, o que permite a adução de que sua presença no discurso do bolsonarismo não se dá de maneira fortuita, sem a intenção de ser, mas como uma estratégia deste movimento. Apesar da tese de uma direita brasileira envergonhada nos anos logo após o fim o regime militar e, por isso, intencionalmente distanciada de tudo aquilo que remetesse associação a ele (Souza, 1998 *apud* Luz, 2022), os últimos anos, principalmente com a ascensão ao poder e a manutenção, se não nas instituições

públicas, pelo menos no social, do bolsonarismo, conforme posto acima, demonstram que demandas à direita no campo político continuaram a existir de forma silenciosa (Caldeira Neto, 2020). Assim, a partir da Teoria do Discurso, pode-se aferir que estas demandas não surgiram na década de 2010, mas que foi neste contexto que elas tiveram suas emergências possibilitadas e aglutinadas pelo discurso do bolsonarismo.

Os materiais analisados, levantados nos quatro anos de Governo Bolsonaro, demonstram uma presença constante de determinados sentidos conservadores em seu discurso, o que permite conjecturar uma apreensão de determinadas demandas sociais antes dispersas pelo bolsonarismo e uma representação peremptória destas por sua parte que, ainda que precária e contingente, vem se mostrando duradoura. Isto pode ser demonstrado, por exemplo, através das quantidades de votos que Jair Bolsonaro recebeu nas eleições presidenciais de 2018 e de 2022, que mativeram-se no mesmo patamar, mesmo que, durante os 4 anos de Governo, vivenciara-se diversas crises.

Os elementos 7 de Setembro/ Independência, Militarismo, Liberdade, Futebol, Religiosidade, Anticomunismo e Anticorrupção são recorrentes no discurso do bolsonarismo, o que possibilita pensá-los como instrumentos discursivos estrategicamente mobilizados. Cabe destacar que o militarismo aqui citado como elemento discursivo mobilizado pelo bolsonarismo diferencia-se substancialmente do conceito militarismo utilizado para nos referirmos ao período ditatorial militar no Brasil. O militarismo enquanto elemento discursivo é entendido como uma subjetividade, um sentido na cadeia de equivalências do bolsonarismo, enquanto o segundo é relativo, principalmente, às Instituições Militares.

Desse modo, parte-se para melhor compreensão de aspectos do integralismo e do militarismo que são considerados apropriáveis pelo bolsonarismo e, subsequentemente, analisa-se seus usos pelo bolsonarismo e suas relações históricas com os primeiros.

Integralismo brasileiro e o militarismo na ditadura militar

Compreender determinados aspectos do integralismo brasileiro e do que intitulamos aqui de militarismo é fundamental ao desenvolvimento argumentativo deste artigo. Tendo isso em vista, nesta seção busca-se explorar estes aspectos, de forma a definir o que compreende-se como integralismo brasileiro mas, principalmente, como militarismo. Não busca-se, por outro lado, realizar uma revisão bibliográfica exaustiva sobre eles dado o foco deste trabalho. Assim, primeiramente, conceitua-se e contextualiza-se o movimento integralista brasileiro, destacando os elementos discursivos deste que, de alguma forma, estão presentes no discurso do

bolsonarismo. Subsequentemente, a mesma operação é realizada em relação ao militarismo, que guarda importante diferenciação com o primeiro, como será visto.

O integralismo brasileiro, fundado por Plínio Salgado, tem origem na década de 1930, tendo sido formalizado através do Manifesto de 7 de Outubro de 1932. Apesar de não ter atingido de maneira relevante o poder político-institucional, o integralismo caracterizou-se por ser um amplo movimento social (Caldeira Neto, 2021)⁷. O contexto político internacional no qual emerge é contemporâneo ao fascismo italiano e ao nazismo alemão, tendo sido o primeiro, incontestavelmente, influência ao movimento (Arantes, 2018), e, no plano nacional, ao governo provisório de Getúlio Vargas. É, também, período marcado pela construção da identidade nacional. Conforme Chauí, essa construção envolveu o desenvolvimento de uma consciência nacional estimulado principalmente por partidos políticos e pelo Estado em um contexto de guerras, crise econômica e de fortalecimento das ideologias comunista e socialista (Chauí, 2001).

O integralismo assenta-se em três pilares fundamentais: Deus, pátria e família. Deus é o fundamento transcendental, “que dirige o destino dos Povos” (Integralismo, 2023a, n.p.). Apesar do movimento se colocar como cristão, é posto que são também aceitos não-cristãos de forma indistinta aos adeptos desta religião (*idem*). O pensamento e a moral integralista estão enraizados, porém, no cristianismo, o que molda a visão formal deste movimento sobre aquilo que se considera elevado, virtuoso e superior, que são, principalmente, o sacrifício e dedicação à Família, o trabalho em favor da Sociedade e o desígnio e dedicação à harmonia social e ao bem-estar da Nação. Estas entidades são caras à concepção de mundo integralista, o que demonstra a importância do coletivo nesta ideologia e o rechaço ao individualismo (Integralismo, 2023b, n.p.).

A família é entendida como o princípio e o fim de tudo (Integralismo, 2023a), aquilo que o diferencia dos outros animais e fonte de felicidade, espiritualidade e de estímulo ao melhor do Homem. Ela precede ao Estado e é dever deste manter a integridade da instituição familiar, visto que o “Estado mesmo é uma grande família” (Integralismo, 2023b, n.p.). A pátria, por fim, confunde-se por vezes com a nação no discurso integralista. Ela porém tem um sentido territorial, visto que o integralismo coloca-se, em seu Manifesto, em defesa de uma pátria unida e forte e contra o seu retalhamento, divisão (Integralismo, 2023b). O objetivo do integralismo é uma Grande Nação Brasileira, orientada por Deus e sustentada pela família, livre

⁷ Caldeira Neto (2021) destaca que o integralismo viveu diferentes momentos institucionais, chegando a dividir-se em diferentes correntes. Porém, conforme o autor, “embora o integralismo tenha vivenciado diversos momentos e configurações políticas durante os anos de 1932 e 1975, o seu capital político residia sobretudo na centralidade aglutinante de Plínio Salgado, concebido como um elo histórico entre fases distintas” (Caldeira Neto, 2021, p. 3).

“dos erros da civilização capitalista e dos erros da barbárie comunista” (Integralismo, 2023b, n.p.).

O militarismo aqui tratado é um esforço realizado no sentido de dar maior comensurabilidade e fluidez ao argumento. Tomando o período da ditadura militar brasileira como um segundo principal momento da extrema direita no país, não é possível tratá-lo como um movimento homogêneo, como é o caso do integralismo. Não é possível falar, de forma totalizante, que as Forças Armadas, enquanto instituição, pensou, articulou, deflagrou o golpe e, após este, governou durante os 21 anos de ditadura. Havia dentro destas conflitos entre militares de diferentes patentes e de diferentes regiões militares, por exemplo (Mendonça, 2017; Stepan, 1975). Não se pode, portanto, tratar do militarismo enquanto um movimento unitário com objetivos e ideologias bem definidas e delineadas. Posto isso, por militarismo entende-se, aqui, o período da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985 e, portanto, as Instituições Militares e os sujeitos a elas filiados que estiveram envolvidos no governo militar.

O militarismo se dá em um período pós Segunda Guerra Mundial e de Guerra Fria e foi contemporâneo a outras ditaduras latino americanas. Dada a extensão do período ditatorial brasileiro, os diferentes governos militares, que alternaram-se no curso da ditadura, tampouco podem ser tratados como apenas continuidades entre si.

É reconhecido que a ditadura militar, pelo menos em um primeiro momento, teve apoio de sujeitos e grupos civis. Um dos suportes mais reconhecidos se deu através da Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que reuniu milhares de pessoas em suas edições. Na primeira delas, alguns dias antes da deflagração do golpe de 1964, em São Paulo, estima-se o comparecimento de 500 mil pessoas (Melito, 2014). É interessante destacar a presença e participação de Plínio Salgado na primeira edição da Marcha (Guisolphi, 2010), o que demonstra uma certa conformidade, se não total, das pautas defendidas nessa com àqueles defendidas pelo Movimento Integralista brasileiro.

O próprio nome da Marcha já indica três elementos principais a sua ação política, de caráter conservador: Família, Deus e Liberdade. A família e Deus podem ser associados a setores conservadores da sociedade brasileira, tendo apoio explícito de alguns setores mais conservadores da Igreja Católica (Guisolphi, 2010), sob o argumento de defesa dos valores cristãos ocidentais, como a família e a moral e os “bons” costumes (Presot, 2004). O componente da liberdade, por sua vez, liga-se à defesa da democracia e do poder escolher, tanto politicamente como com o que trabalhar e qual religião seguir, por exemplo. A liberdade aparece em rechaço ao comunismo enquanto uma ideologia ou um regime autoritário e

totalitário, que privaria os brasileiros, se implementado no Brasil, de suas escolhas individuais (Presot, 2004; Guisolphi, 2010).

Com a rarefação do apoio civil à ditadura e com a intensificação de medidas autoritárias, o governo militar buscou mobilizar elementos da cultura popular à melhora da percepção pública em relação ao regime (Chauí, 2014). Dentre eles, o futebol, o 7 de setembro e o verde-amarelo. Chauí (2014) aponta que há aspectos que tornam o futebol e as cores verde e amarelo apropriáveis por determinados grupos políticos, como aconteceu no período autoritário brasileiro com a militarização deste esporte popular, por exemplo.

Tanto o integralismo como o militarismo confluem em seus componentes antagônicos, que encontram-se presentes também no bolsonarismo: o antagonismo ao comunismo, em destaque, e à corrupção. Estes serão melhor trabalhados mais à frente. Na próxima seção buscase analisar o uso dos elementos discursivos, com uma carga valorativa positiva agregada a eles, bem como dos componentes antagônicos citados acima, pelo bolsonarismo, de forma a estabelecer ligação com o integralismo e o militarismo brasileiros.

Os elementos discursivos do bolsonarismo e suas associações ao Integralismo e ao militarismo

Na ditadura militar, conforme Almeida (2005), o 7 de setembro foi utilizado como um recurso mobilizador popular para tornar a imagem pública do Governo Militar mais aprazível, dada a conjuntura de crise de legitimidade e aprofundamento de políticas autoritárias no período da década de 1970. Dentre os recursos dos quais lançou mão, o Governo Médici celebrou a data através do que ficou conhecido como o Sesquicentenário da Independência, que se deu, oficialmente, entre de 21 de abril de 1972 e 7 de setembro do mesmo ano (*idem*).

Quanto a relação do bolsonarismo com o 7 de Setembro⁸, a data nos anos 2021 e 2022, durante o Governo Bolsonaro, foram marcadas por grandes atos bolsonaristas, que se deram após as tradicionais celebrações de cívico-militares. Nestes atos, para além do pretexto de celebração da Independência brasileira, pôde-se observar um uso ostensivo de símbolos nacionais, principalmente das cores verde e amarelo e da bandeira nacional, pelos apoiadores bolsonaristas presentes. Todavia, os pronunciamentos de Jair Bolsonaro e outros representantes do bolsonarismo pouco ou nada tiveram a ver com a data enquanto efeméride nacional, o que

⁸ A esse simbolismo pode-se juntar também a facada sofrida por Jair Bolsonaro durante as eleições presidenciais de 2018, em Juiz de Fora (MG) no dia 6 de setembro. No material analisado, é relevante as referências que o agora ex-Presidente da República faz sobre sua “segunda vida”.

permite a adução de que esta foi apropriada pelo movimento em questão, para seus fins particulares, dada sua grande relevância no imaginário coletivo nacional e poder mobilizador social.

Há diversos elementos que permitem inferir um uso estratégico cristalizado dessa efeméride por parte desse movimento e que estabelecem uma ligação, mesmo que frágil, com o militarismo. Os desfiles cívico-militares durante o Governo Bolsonaro, sob organização, portanto, da Presidência da República, contaram com a presença de diversas personalidades ideologicamente ligadas ao bolsonarismo, principalmente no que diz respeito a um evangelismo bolsonarista. Nos desfiles propriamente, para além de representantes das Forças Armadas e das Forças Auxiliares, foi possível observar a presença de representantes de uma escola domiciliar cristã, carregando faixas com escritos bíblicos, e de tratores representando o Agronegócio, por exemplo. Essa incorporação de outros grupos e instituições não ligadas diretamente às Instituições Militares foi considerada pouco usual (CNN Brasil, 2022).

Outra associação entre o bolsonarismo e o militarismo que pode ser estabelecida a partir do 7 de Setembro enquanto elemento discursivo baseia-se na tese ousada de Mendonça (2017). Segundo o autor, o golpe militar de 1964 teve início, na verdade, em 7 de setembro de 1961 com a aprovação de um regime parlamentarista, após pressão de militares de alta patente, com a finalidade de restringir os poderes de João Goulart, tido como partícipe do comunismo no Brasil.

No que diz respeito ao 7 de setembro abordando-o pelo integralismo, a data faz referência ao Dia da Independência brasileira, que ocorreu no ano de 1822. O Integralismo brasileiro surge uma década após o centenário da Independência e cujas comemorações foram marcadas pela Semana da Arte Moderna, que teve como um de seus principais participantes Plínio Salgado.

O segundo elemento discursivo identificado nas análises, o militarismo enquanto subjetividade, pode ser inferido a partir das ligações acima trabalhadas. Ele estende-se, porém, quando se leva em conta o histórico militar de Jair Bolsonaro, constantemente mobilizado pelo bolsonarismo sob o nome “capitão do povo”. Este jargão da campanha eleitoral bolsonarista de 2022 foi mobilizado junto ao lema “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, a ser melhor trabalhado abaixo.

Stepan (1975) aponta uma tendência dos militares a se verem como o povo fardado, o que dialoga com o jargão bolsonarista. Jair Bolsonaro, ao longo de sua trajetória política, por diversas vezes apelou a uma intervenção militar, mesmo durante seu próprio governo. Pode-se apontar uma ideia presente no imaginário de parte da sociedade brasileira de que o período

ditatorial, governado por militares, foi um período de prosperidade da nação (Castro, 2014 *apud* González; Baquero; Grohmann, 2021), o que pode explicar a associação manifesta do bolsonarismo às Instituições Militares e de uma mobilização do militarismo enquanto subjetividade por parte desse movimento.

Como bem exposto anteriormente, os elementos Deus, Pátria e Família associam-se ao integralismo brasileiro como tríade de sustentação ideológica deste movimento, como também ao militarismo, como defesa de valores e da moral cristã frente à ameaça comunista que, se bem sucedida, provocaria a degeneração e a desordem da nação brasileira. O bolsonarismo parece incorporar, intencionalmente, o lema integralista, somando a ele o significante liberdade em seu lema de campanha nas eleições presidenciais de 2022: “Deus, Pátria, Família e Liberdade”.

Pode-se aduzir que, para além do integralismo, do militarismo e do bolsonarismo, a religião de matriz cristã, assim como a família e a defesa da pátria/nação são elementos costumeiramente associados a visões de mundo conservadoras, o que explica a incorporação destes sentidos em seus discursos. A religiosidade, porém, destaca-se na medida em que esta se faz presente de maneira profundamente significativa na sociedade brasileira (González; Baquero; Grohmann, 2021), não estando restringida a dimensão da religião propriamente. A Marcha da Família com Deus pela Liberdade é uma demonstração da face política da Igreja Católica, principalmente de seus setores mais conservadores, por exemplo. O integralismo também muito ligou-se ao catolicismo (Arantes, 2018). No caso do bolsonarismo, a relação com a Igreja Católica aparece secundarizada. Isto se dá não pela minoração do papel da religião em suas mobilizações políticas, mas em primazia às Igrejas Evangélicas neopentecostais (Casarões, 2020).

O futebol pode ser entendido como o principal esporte nacional, capaz de mobilizar milhões de brasileiros por ocasião de competições mais importantes, como a Copa do Mundo masculina de futebol, por exemplo. A camiseta da Seleção, também conhecida como “amarelinha”, tornou-se veste de sujeitos e grupos à direita nas últimas décadas, principalmente em suas manifestações a partir de 2014, o que estimulou uma interpretação de apropriação da amarelinha, bem como de outros símbolos nacionais, por sujeitos grupos de diferentes vertentes à direita (Guedes; Silva, 2019; Rocha, 2021; Solano, 2019).

O mote por trás desse uso pode ser lido como uma contraposição ao uso do vermelho pro sujeitos políticos à esquerda, no sentido de que àqueles à direita tinham por partido o Brasil, acima de quaisquer ideologias. Esse recurso, além de constantes referências a este esporte em si, como no uso de camisetas diversas de diferentes clubes brasileiros lançado mão por Jair Bolsonaro, contribui à compreensão do futebol como um dos elementos discursivos do

bolsonarismo. Porém, conforme Almeida (2005), a mobilização do futebol no Brasil não é recente. O autor coloca que uma das atividades promovidas pelo militarismo nas comemorações dos 150 anos de Independência nacional foi um torneio internacional de futebol, financiado pela União.

O último elemento discursivo aqui trabalhado é a liberdade, que aparece como um significante vazio do bolsonarismo. Este elemento, que já foi brevemente abordado no capítulo teórico, encontra-se associado, a partir da análise, ao liberalismo econômico e à liberdade individual, advogados pelo movimento, bem como com a Independência nacional e à religiosidade, manifestada principalmente no versículo bíblico “Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará”. Desta multiplicidade de significados, pode-se aduzir que a liberdade enquanto elemento discursivo busca representar (e acreditamos que de maneira bem sucedida) sujeitos e grupos de diferentes correntes ideológicas, como (neo)liberais, monarquistas e cristãos, que equivalem-se sob o bolsonarismo.

Além desta diferenciação em relação aos populismos de extrema direita contemporâneos a si no que diz respeito ao neoliberalismo, o bolsonarismo distancia-se também do movimento integralista nesse ponto. Obviamente, não se pode falar em neoliberalismo ainda nas décadas de 1920 e 1930, mas há, por parte do integralismo, uma rejeição de um liberalismo e de liberdade individual em primazia da nação. A liberdade advogada por apoiadores do militarismo tampouco pode ser equalizada à liberdade bolsonarista, visto que a primeira coloca-se, principalmente, como uma contraposição ao totalitarismo comunista no período da Ditadura Militar.

Como visto, o comunismo e a corrupção são antagonizados tanto pelo bolsonarismo, como pelo integralismo e pelo militarismo. Suas repetições em três momentos diferentes ao longo de, pelos menos, 100 anos da história nacional nos permite inferir que estes elementos possuem grande apelo social no país, o que propicia terreno fértil à apropriação das lutas contra o comunismo e contra à corrupção por sujeitos e grupos políticos que visem mobilizar a população brasileira.

Isto é, se uma das etapas na estratégia à hegemonia do social é a incorporação de um componente antagônico que possibilite a equivalência de identidades diferenciais, pode-se interpretar o comunismo e a corrupção como antagonismos profícuos à mobilização do povo. A cooptação do comunismo enquanto antagonismo por grupos, movimentos e sujeitos conservadores é facilitada na medida que historicamente atribui-se à esquerda brasileira a representação dos interesses comunistas no Brasil.

Quanto ao comunismo no período do integralismo, apesar de este concomitantemente se opor ao capitalismo e ao liberalismo, que encontravam-se em crise no contexto de formação integralista, o primeiro era tido também como uma ameaça ao país. Conforme Arantes (2018, p. 40), grupos reacionários e conservadores, nestes inclusos os integralistas, temiam que o comunismo, se exitoso, provocasse “significativas transformações na ordem social, assim como a quebra da hierarquia entre as classes nessa sociedade”. Esse anticomunismo do integralismo também pode ser associado à religião, dada sua orientação principalmente católica e contra um ateísmo (Arantes, 2018), associado à ideologia de matriz marxista.

No pós-guerra, o contexto político nacional vivia sob uma “ameaça comunista”. Com a renúncia de Jânio Quadros e seu substituto legítimo, constitucionalmente, João Goulart (Jango), tendo a aversão de determinados setores civis e militares baseada no argumento de que ele era comunista, argumento este acrescido pelo fato de que Jango encontrava-se na China no momento da renúncia, fora possibilitada uma ruptura institucional. Isto é, o anticomunismo foi elemento discursivo preponderante à legitimação da intervenção militar na década de 1960.

Nos últimos anos, esse comunismo tem sido muito associado ao Partido dos Trabalhadores (PT), partido este de maior êxito político à esquerda. Ao PT, dado os quase 14 anos de Governo Federal sob gestões petistas, também tem sido atribuída a causa da corrupção pública brasileira. É possível conjecturar que, nos últimos anos, a crítica à corrupção mobilizadas por diversos sujeitos e grupos políticos contra a “classe política” de modo geral voltou-se, quase que exclusivamente, ao petismo. Assim, o antipetismo, tão mobilizado pela direita brasileira, moderada e extremista, mas, no que diz respeito ao objeto deste artigo, pelo bolsonarismo, reúne em si os elementos anticomunismo e anticorrupção.

Não podendo tratar as extremas direitas brasileiras como meras continuidades entre si, chama a atenção a presença constante, nos três discursos, dos mesmos conceitos – comunismo e corrupção. Estes elementos discursivos podem ser interpretados, portanto, como significantes vazios de caráter antagônico, visto que são mobilizados como antagonismo a estes discursos na construção de suas cadeias de equivalências, mas cujos conteúdos variam, variação esta condicionada pelos diferentes contextos nos quais se dão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o uso de elementos discursivos pelo bolsonarismo que associam-se aos discursos integralista e militarista. A fim de evitar alguns equívocos, faz-se necessário explicitar um dos pressupostos que possibilitam estabelecer uma relação entre

determinados elementos presentes no social brasileiro aos movimentos de extrema direita da história do país, sem necessariamente atribuir a este um domínio essencial destes elementos, como o futebol, por exemplo, visto que isso seria inverídico. Não se busca colocar o futebol, a religiosidade cristã, o 7 de setembro e a liberdade como elementos discursivos pertencentes e indissociáveis ao integralismo e/ou ao militarismo, mas que estes elementos, de forma relacional, tornam-se objetos de mobilização política e social por eles em seus discursos e em seus respectivos contextos de emergência.

Assim, retomando a problemática trabalhada, o desenvolvimento deste artigo orientou-se pela seguinte colocação hipotética: estrategicamente, o bolsonarismo busca articular demandas de caráter conservador presentes no social contemporaneamente, demandas estas saudosas de períodos, governos e momentos na história do país nos quais sujeitos, grupos e ideologias progressistas encontravam-se subordinadas a uma ordem tradicional. Para isso, o bolsonarismo mobiliza o povo através de elementos discursivos que remetem a estes outros *momentuns* da extrema direita brasileira, isto é, ao integralismo, na década de 1930, e ao militarismo, nas décadas de 1960 e 1970, principalmente.

Tomando o bolsonarismo como um populismo de extrema direita, que visa mobilizar o povo estrategicamente à hegemonia do social, o que exige a articulação de uma cadeia de equivalências entre as demandas conservadoras que busca representar em antagonismo ao comunismo e à corrupção, com a mobilização de elementos que associam-se ora ao militarismo, ora ao integralismo, ora a estes dois concomitantemente, cria-se uma *heartland* conservadora. Esta comunidade imaginada passada reúne uma população virtuosa e moral, livre das ideologias perniciosas que são causa dos males vivenciados contemporaneamente, e que orienta a mobilização do povo de bem, conservador, à recuperação da nação brasileira. Os elementos que desencadeiam estes sentimentos nostálgicos à *heartland* conservadora brasileira são o 7 de setembro, o militarismo (subjetividade), a liberdade, o futebol, a religiosidade cristã, o anticomunismo e a anticorrupção.

Foi possível estabelecer uma série de conexões entre estes três sujeitos na análise, em maior grau entre o bolsonarismo e o militarismo e, em menor grau, resguardada sua significância, entre o bolsonarismo e o integralismo. Individualmente, a recorrência destes elementos pode tomar uma aparência pretensamente espontânea. Porém, em um recorte mais amplo, pode-se apontar uma sistematicidade em seu uso, isto é, uma estratégia discursiva por parte do bolsonarismo em relacionar-se historicamente com os outros dois principais momentos da extrema direita no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adjovanes Thadeu Silva de. **O sesquicentenário da independência brasileira (1972) e o regime militar**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História. Londrina, 2005.

AMARAL, Luciana. Bolsonaro acumulou 158 pedidos de impeachment; Câmara acabará de arquivá-los hoje. **CNN Brasil**, Brasília, 31 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/bolsonaro-acumulou-158-pedidos-de-impeachment-camara-acabara-de-arquiva-los-hoje/>. Acesso em: 23/08/2023

ARANTES, Vinícius dos Santos. Integralistas, Comunistas e as disputas políticas e sindicais no Brasil dos anos 1930. **Perseu Abramo**, v. 12, n. 16, 2018. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/283/234>. Acesso em: 22/08/2023

CALDEIRA NETO, Odilon. Neointegralismo: do deate historiográfico a uma possível definição. **L'Ordinaire des Amériques**, 2021.

CALDEIRA NETO, Odilon. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, Fortaleza, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CANOVAN, Margaret. Trust the People! Populism and the two faces of democracy. **Political Studies**, v. 47, n. 1, 1999.

CASARÕES, Guilherme. Religião e Poder: a ascensão de um projeto de “nação evangélica” no Brasil? **Interesse nacional**, 2020.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil**: mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014, 4ª edição.

CNN Brasil. Tratores participam do desfile de 7 de Setembro. **CNN Brasil**, São Paulo, 7 set. 2022. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/tratores-participam-do-desfile-de-7-de-setembro/>. Acesso em: 23/08/2023

GIORDANO, Verónica. Qué hay de nuevo en las “nuevas derechas”? **Nueva Sociedad**, n.º 254, p. 46-56, 2014.

GONZÁLEZ, Rodrigo; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, 2021.

GUEDES, Simoni Lahud; SILVA, Edilson Márcio Almeida da. O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais. **Cuadernos de Aletheia**, Aletheia, n. 3, p. 73-89, 2019.

GUISOLPHI, Anderson José. **As Marchas da Família com Deus pela Liberdade**: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. **Cadernos do CEOM**, v. 22, n. 31, 2010.

INTEGRALISMO – DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA. Manifesto de 7 de Outubro de 1932. **Integralismo.org**, 2023b. Disponível em: <https://integralismo.org.br/manifesto-de-7-de-outubro-de-1932/>. Acesso em: 22/08/2023

INTEGRALISMO – DEUS, PÁTRIA, FAMÍLIA. Perguntas e Respostas. **Integralismo.org**, 2023a. Disponível em: <https://integralismo.org.br/perguntas-e-respostas/#c1n02>. Acesso em: 22/08/2023

KARTER, Jonathan; ALBERNAZ, Isadora. Governo Bolsonaro melhora avaliação em 2022, mas é reprovado por 50%. **PODER360**, 15 dez. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/governo-bolsonaro-melhora-avaliacao-em-2022-mas-e-reprovado-por-50/>. Acesso em: 23/08/2023

LACLAU, Ernesto. **Philosophical roots of discourse theory**. 2003.

LACLAU, Ernesto. Populism: What's in a Name?. In: PANIZZA, Francisco (Ed.). **Populism and the Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005b, p. 32-49.

LACLAU, Ernesto. **On populist reason**. Londres: Verso, 2005a.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e Estratégia Socialista**. São Paulo: Intermeios, 2015.

LUZ, Michele. **O povo no caleidoscópio**: o discurso bolsonarista à luz das teorias contemporâneas do populismo. Orientador: Daniel de Mendonça. 295p. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

MELITO, Leandro. Marcha da Família com Deus pela Liberdade pedia queda de Jango há 50 anos. **Portal EBC**, 2014. Disponível em: <https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/marcha-da-familia-com-deus-pela-liberdade-em-19-de-marco-de-1964-0>. Acesso em: 21/08/2023

MENDONÇA, Daniel de. Como olhar “o político” a partir da teoria do discurso. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília v. 1, n. 1, p. 153-159, 2009.

MENDONÇA, Daniel. **1961-1964: A Ditadura Brasileira em Dois Golpes**. Curitiba: Appris, 2017.

MOUFFE, Chantal. **For a left populism**. Londres: Verso Books, 2018.

MOUFFE, Chantal; TURNER, Georgina. **Democracia y nueva derecha**. Revista Mexicana de Sociología, Cidade do México, v. 43, p. 1829-1846, 1981.

PANIZZA, Francisco. Introduction: Populism and the Mirror of Democracy. 2005, pp. 1-31. In: PANIZZA, Francisco (ed.). **Populism and The Mirror of Democracy**. Londres: Verso, 2005.

PRESOT, Aline Alves. As Marchas da Família com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Orientador: Carlos Fico, 2004. Disponível em: <https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/9817/3/682605.pdf>

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ROCHA, Camila. **'Menos Marx, mais Mises'**: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). 2018. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ROCHA, Camila. **The new Brazilian right and the public sphere**. Maria Sibylla Merian International Centre for Advanced Studies in the Humanities and Social Sciences Conviviality-Inequality in Latin America (Mecila), 2021.

SILVA, Sabrina. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 24, n. 1, 2021.

SOLANO, Esther. **Crise da Democracia e extremismos de direita**. Friedrich Ebert Stiftung Brasil, São Paulo, n. 42, 2018.

SOLANO, Esther. **La bolsonarización de Brasil**. Documentos de Trabajo IELAT, N°121, Abril, 2019.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: Changing patterns in Brazil**. Rio de Janeiro: Editora Artenova, 1975.

TAGGART, Paul. **Populism**. Buckingham: Open University Press, 2000.

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 2º turno. **Portal do TSE**, 31 out. 2022a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-2o-turno#:~:text=Do%20total%20de%20156.454.011,%2C%20representando%2020%2C59%25>. Acesso em: 22/08/2023

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. 100% das seções totalizadas: confira como ficou o quadro eleitoral após o 1º turno. **Portal do TSE**, 04 out. 2022b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2022/Outubro/100-das-secoes-totalizadas-confira-como-ficou-o-quadro-eleitoral-apos-o-1o-turno>. Acesso em: 22/08/2023

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Concluída a totalização de votos do 1º turno das Eleições 2018. **Portal do TSE**, 9 out. 2018b. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/concluida-totalizacao-de-votos-do-1o-turno-das-eleicoes-2018>. Acesso em: 22/08/2023

TSE – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Eleições 2018: Justiça Eleitoral conclui totalização dos votos do segundo turno. **Portal do TSE**, 30 out. 2018a. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/comunicacao/noticias/2018/Outubro/eleicoes-2018-justica-eleitoral-conclui-totalizacao-dos-votos-do-segundo-turno>. Acesso em: 22/08/2023